

MINISTRO DA EDUCAÇÃO ASSINA PROTOCOLOS PARA REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS

Duas escolas de Castelo Branco recebem quatro milhões de euros

A requalificação das duas escolas secundárias de Castelo Branco implica um investimento de quatro milhões de euros

As escolas secundárias Nuno Álvares e Amato Lusitano, de Castelo Branco, vão receber um investimento total de quatro milhões de euros para requalificação, no âmbito do acordo de colaboração celebrado entre o Ministério da Educação e a Câmara de Castelo Branco.

O ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, assinou, dia 28 de setembro, em



Castelo Branco, 12 protocolos para requalificação de escolas, no âmbito do Portugal 2020,

com 11 municípios da Região Centro, num investimento de mais de 16 milhões de euros.

Estes acordos de colaboração incluem dois estabelecimentos de ensino de Castelo Branco, a Escola Secundária Nuno Álvares que vai receber um investimento de 3,5 milhões de euros e a Escola Secundária Amato Lusitano, cujo valor ascende aos 500 mil euros.

“O setor da educação é uma prioridade para nós, porque temos consciência que é o mais determinante fator de mobilidade social. Temos reforçado o investimento na educação ao nível daquilo que são as competências diretas da autarquia”, referiu o presidente da Câmara de Castelo Branco, Luís Correia.

O autarca sublinhou ainda que o município assume a contrapartida nacional das obras, tendo sempre como prioridade “o interesse dos Albicastrenses”.

Além de Castelo Branco, foram ainda celebrados protocolos com os municípios de Cantanhede, Celorico da Beira, Fundão, Guarda, Pombal, Pinhel, Santa Comba Dão, Seia e Vouzela, sendo que estes assumem o financiamento da contrapartida nacional.

“Só posso saudar o mérito de hoje estarmos aqui para fazer mais e melhor pelo presente e pelo futuro da Região que é o Centro do nosso País. Este só pode ser um compromisso com 7.605 alunos que este ano estudam nas 12 escolas que vão ser melhoradas, requalificadas e dignificadas”, afirmou o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

O governante frisou que estes acordos de colaboração “cumprem a palavra do Governo e o desejo do poder autár-

quico, da rápida execução dos fundos comunitários de desenvolvimento e coesão, previstos nos pactos territoriais do Portugal 2020”.

E adiantou que não sendo os recursos públicos, aqueles que todos desejaríamos, desta forma pode-se fazer melhor e mais depressa, aquilo que é necessário fazer.

“Não podemos ter todas as escolas novas, nem podemos ter já todas as escolas novas que merecemos. Mas, devemos e podemos canalizar talentos e esforços comuns para captarmos, realizarmos e rentabilizarmos os recursos financeiros existentes, para suprir as necessidades mais urgentes que fazem sentido a médio e longo prazo e que mais podem beneficiar de financiamentos comunitários”, concluiu.

Politécnico cria regulamento para apoiar estudantes carenciados

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) criou o regulamento do apoio social extraordinário, para dar resposta aos casos de necessidade económica de alunos que não podem ser satisfeitos pelos tradicionais apoios do sistema de Ensino Superior.

“Tentamos que ninguém abandone o Ensino Superior por dificuldades financeiras. Não faz sentido que pessoas que fizeram um esforço enorme para entrar no Ensino Superior, o tenham que abandonar por dificuldades ou carências económicas”, explica o presidente do Politécnico, Carlos Maia.

O regulamento do apoio social extraordinário tem como objetivo responder a comprovados estados de necessidades económicas dos estudantes da instituição, que não podem ser totalmente satisfeitos pelos tradicionais apoios sociais diretos e indiretos do sistema de ação social (SAS).

Define ainda duas grandes áreas de intervenção: O apoio de emergência e a bolsa de colaboração.

No primeiro caso, existe uma comparticipação pecuniária



ou material para dar resposta a situações pontuais de emergência social, que não estejam enquadradas no sistema de atribuição de bolsas do SAS.

Já no segundo, há uma comparticipação nos encargos de frequência do curso, onde o estudante está inscrito e este, em contrapartida, colabora em atividades desenvolvidas na instituição, que sejam compatíveis com as suas competências e disponibilidade, sem prejuízo das atividades letivas.

“Substituímo-nos um pouco ao Estado, porque os apoios são insuficientes”, sustenta o presidente do Politécnico.

Carlos Maia adianta ainda que a instituição tem esta responsabilidade social que está a exercer conjuntamente com os

estudantes, sobretudo, com a Associação Académica do IPCB.

“Por vezes, é mais fácil serem os estudantes a sinalizar alguns casos, porque em muitas situações as pessoas encaram as dificuldades financeiras como um estigma, sobretudo, aqueles que saíram pela primeira vez do seu ambiente e não se sentem à vontade para pedir ajuda”, frisou.

Os apoios prestados podem assumir várias modalidades, desde a atribuição de senhas de refeição ou de produtos alimentares, redução do valor das propinas em 25 ou 50 por cento do valor fixado, atribuição de alojamento gratuito ou ainda uma combinação do todo ou em parte das formas de compensação previstas.



PDR 2020

ABORDAGEM LEADER

GAL BEIRA INTERIOR SUL 2020

ABERTURA DE ANÚNCIO DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

• Operação 10.2.1.3 - Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola

Entre 03 de outubro de 2016 e 18 de novembro 2016

Os Anúncios e demais informação relevante, nomeadamente legislação, formulário, orientação técnica que inclui a lista de documentos a apresentar, estão disponíveis no portal do PORTUGAL 2020 em www.portugal2020.pt, no portal PDR 2020 em www.pdr-2020.pt e no sítio do GAL em www.adraces.pt, podendo ainda ser obtidos esclarecimentos junto do GAL BIS 2020 através do endereço galbis2020@adraces.pt ou pelo telefone 272 540 200.



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL 2014-2020



PORTUGAL 2020



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
A Europa Investe nas Zonas Rurais